



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º 01/2011

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2011  
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18HORAS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>05</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>10</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>21</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>21</b>

**ACTA N.º 01/ 2011**

**ABERTURA**

Aos quatro dias do mês de Março de dois mil e onze, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Regulamento do Cartão Social Municipal - Alteração;
- 2.3** - Tribunais de Menores - Candidatura a Juizes Sociais;
- 2.4** - Programa de Desenvolvimento Rural - Reconhecimento do Interesse de Projectos;
- 2.5** - Desafecção de Parcelas de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, João Manuel Pinto, Pedro Nuno Cunha Leitão, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Luís Filipe de Matos Pais, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Romeu Miguel Serra Afonso, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Dra. Neli de Ascensão Pereira, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Dr. Manuel Augusto Lousa Nicolau, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Carla Celestina Afonso Almeida Martinho Marques, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Dra. Dina Maria Pinto Proença Machado e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra) José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldes Ramos (Casegas), António Paulo Pereira Ranito (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. António Mendes Paulo (Erada), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Carlos Alberto Matos Mendes (Teixoso), Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldes Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos **Senhores: José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis) e Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

**PRESENÇAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel Abreu da Silva, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**EXPEDIENTE**

- Ofício n.º 106/2011 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo sobre a introdução de Portagens na A23;
- Ofício da GUE/NGL - Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica a remeter a pergunta escrita apresentada pelo Deputado Dr. João Ferreira, à Comissão das Comunidades Europeias sobre “Higiene, saúde e segurança no trabalho na indústria extractiva” e “Requalificação ambiental de áreas afectadas pela actividade mineira”;
- Ofício n.º 47/2011 da Junta de Freguesia de Cortes do Meio a dar conhecimento dos ofícios enviados ao Governo sobre a “Alteração ao PDM”;
- Ofício n.º 51 da Assembleia Municipal de Tomar a remeter cópia da Deliberação em Minuta referente à “Moção Portagens na A23”;
- E-mail da ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses a remeter ofício da Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra sobre a “Lei de Política Criminal”;
- Ofício da FRENPROF - Federação Nacional dos Professores a remeter o Manifesto “Investir na Educação - Defender a Escola Pública”.

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “mantenho a minha discordância, porque considero que o Regimento não está a ser cumprido, quanto à Convocatória desta Assembleia, ou seja, falta-lhe o Período de Intervenção do Público”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que o Público sempre interveio e intervirá, quando manifesta essa intenção. E, mais, aquando de uma Inspeção, onde foram verificadas as Convocatórias, os Editais, as Actas, foi referido que estavam muito bem estruturadas e que, quer haja ou não intervenção por parte do Público, esse Período deve ser mencionado nas Actas. É o que está a ser feito! -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva apelou para que a situação das actas, para aprovação, fosse rapidamente resolvida. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que, na próxima Sessão, estarão todas concluídas. -----

### **INTERVENÇÕES**

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro referiu-se a acontecimentos na Covilhã (**doc. 01**). -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa apresentou uma Moção de Repúdio - Transporte de Doentes (**doc.02**) e de seguida um Manifesto (**doc.03**). -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro disse que o transporte é facultado, pelos Hospitais, a todo e qualquer doente, não urgente, desde que tenha justificação clínica. -----

- O Senhor João Pinto disse que irão votar a favor porque, a medida tomada pelo Governo é desajustada da realidade. Sabe que há abusos, mas também tem conhecimento de pessoas que para se deslocarem, a Coimbra, têm que fazer todos os sacrifícios para pagarem o táxi. -----

- A Senhora D. Isilda Barata disse que vai votar a favor porque, o Governo se esquece de que quem mais precisa, do transporte, são as pessoas idosas, das Aldeias, com reformas de miséria. -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro: “gostaria de repetir e para ficar bem claro, esta situação: Na Região da Cova da Beira, nenhum doente deixou de ser transportado fosse onde fosse, neste País, por dificuldade físicas ou porque não houvesse motivo clínico. Desde que haja um motivo clínico não há nenhum doente, nenhum doente, e eu gostava de repetir isto duas vezes ou três, as que forem preciso, que deixasse de ser transportado onde fosse necessário ir. Gostaria que isto ficasse muito claro. Independentemente, de algumas questões que pode haver discussão, sobre elas. Clinicamente, nenhum deixou de ser transportado”. -----

--- Colocada a ***Moção de Repúdio - Transporte de Doentes*** à votação foi a mesma ***aprovada por maioria, com 45 votos a favor (PSD, PCP, BE e CDS) e 11 abstenções (PS)***. -----

--- A Senhora Dra. Merícia Passos regozijou-se “pela medida, que a Senhora Ministra da Educação preconizava, em relação às alterações curriculares, não terem sido aprovadas. Não foram avante. Porque, os Partidos da Oposição (PSD, PCP, Bloco de Esquerda e Os Verdes) foram contra, travaram essa decisão, com a abstenção do CDS. Esta medida era gravosa para o Ensino, ia prejudicar grandemente a vida nas Escolas e ia no sentido contrário ao do sucesso educativo, que todos nós desejamos. É uma medida puramente economicista e, até agora, a Ministra da Educação não soube, nunca, apresentar uma razão de cariz pedagógico”. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata congratulou-se com, o que considera serem, as três jóias da coroa que orgulham e a projectam a Covilhã:

- Ponte da Carpinteira - a Câmara teve o arrojo, a audácia, a concepção de querer fazer uma Ponte, única! Única no País, dentro do seu género!

Agora, como corolário lógico, desta proposta Camarária, ela acaba de ser agraciada pela Revista Travel & Leisure, com o prémio “World’s Coolest Design Destinations”. Está integrada nas sete obras Mundiais, que a revista convida a visitar.

- A proposta, Camarária, de fusão das quatro Freguesias da Cidade, orgulha a Covilhã, e projecta a Covilhã a nível Nacional! Estamos à frente na inovação! Estamos à frente na tomada de medidas para a Reforma Administrativa!

- Data Center, protocolado entre o Senhor Presidente do Conselho de Administração da PT e o Senhor Presidente da Câmara da Covilhã, Carlos Pinto. Depois da criação da Real Fábrica dos Panos, esta decisão da PT é a mais importante, em matéria industrial, tecnológica e económica para a Covilhã. Transformará a Covilhã numa referência, numa matriz de referência tecnológica, a nível Mundial.

No momento em que o País atravessa as problemáticas, de que todos temos conhecimento, é muito importante que, neste aspecto, a Covilhã tenha dado, quer para os seus Cidadãos, quer localmente, quer regionalmente, quer para o Mundo, esta sensação de que é uma Cidade onde se trabalha.

Pela minha parte e pela parte da minha Bancada, não nos esquecemos de dizer que estamos muito gratos, às equipas, estamos muito gratos à liderança, estamos muito gratos a Carlos Pinto. Viva a Covilhã! -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse concordar, com o Senhor Prof. Bernardino Gata, quanto ao Data Center, que é uma mais valia para a Covilhã.

E, tudo o que vem para a Covilhã é sempre bom!

Quanto à Ponte da Carpinteira - considera-a uma obra vistosa mas não prioritária para a Covilhã.

Perguntou: “olhando para a nossa história, não considera que esta junção, das Freguesias da Cidade, é uma perda de participação das pessoas e um empobrecimento da Democracia, na Cidade da Covilhã?” -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata respondeu que: “o problema da Reforma Administrativa insere-se, sobretudo, numa condicionante fundamental que é a economia em escala, a gestão em escala.

E, não se esqueça que, na Capital do Distrito, há só uma Freguesia e não me parece que haja perda de Democracia dos Fregueses de Castelo Branco. O que se passa, naturalmente, é uma questão, não de economicismo mas, de melhor gestão dos recursos públicos. A solução é democrática; é económica, sem ser economicista; é uma solução racional!" -----

--- A Senhora Dra. Neli Pereira fez uma Declaração Política (**doc.04**). -----

--- O Senhor Prof. Doutor Mário Lino disse: "vou procurar efectuar a relação entre a decisão, recente, de instalar na Covilhã um dos principais DATA CENTERS, empresa de ponta a nível Europeu e Mundial, e as recentes notícias sobre as alterações das condições dos factores, nomeadamente, sobre a REFER e a introdução de Portagens na A23.

O desenvolvimento económico, dos Países e das Regiões, assenta na sua capacidade competitiva!

Todos sabemos, e está demonstrado a nível Mundial, que é nos Países onde há maior geração de Empresas que há, maior desenvolvimento económico, maior criação de emprego, maior geração de riqueza, mais bem-estar para todos os Cidadãos dos Países! A existência de um tecido empresarial dinâmico, competitivo e inovador é fundamental para o desenvolvimento dos Países!

Por isso, não posso deixar de congratular a Câmara Municipal da Covilhã, e toda a Equipa, que trabalhou em redor de conseguir atrair, para a nossa Cidade, este investimento. O facto de conseguir instalar, na Covilhã, uma Empresa Inovadora, uma Empresa na fronteira da tecnologia, uma Empresa que irá reflectir em todo o nosso Concelho um dinamismo que, acredito, irá contribuir para o desenvolvimento progressivo e contínuo da Cidade e do Concelho da Covilhã. A competitividade assenta, hoje, nestas Empresas!

Empresas deste género atraem emprego qualificado e, emprego qualificado, atrai pessoas com maior poder de compra que vão gastar, vão consumir, vão investir e, irá permitir, conjuntamente, aumentar, ainda mais, a competitividade da nossa Região. No desenvolvimento da competitividade importa que os factores sejam favoráveis ao desenvolvimento competitivo dos Países e das Regiões. Se, por um lado assistimos que o Poder Local conseguiu, pelo seu bom trabalho, ter um desempenho positivo atraindo o investimento para a Cidade que irá contribuir para uma melhoria do poder económico e do poder das condições de vida de todos os cidadãos, do nosso Concelho, por outro lado não podemos deixar de assistir, com certa estranheza, e não é inexplicável, que depois de se construir e remodelar uma linha férrea electrificada, até à Covilhã, agora nos digam que o Inter-cidades deixa de chegar à Cidade?

Na questão das portagens, temos que pensar que o princípio do utilizador/pagador pode ser, de certo modo, invocado. A questão é que, no Interior do País, tinha que haver uma discriminação positiva (para as pequenas e médias empresas e, para aqueles que aqui se vêm instalar e, para aqueles que aqui vivem) no sentido de minorar as questões da interioridade. E, ao introduzir as portagens sem esta discriminação positiva, ao fazer com que uma possibilidade de movimentação rápida, de pessoas e de mercadorias, pelos caminhos-de-ferro, não possa existir (depois de uma linha electrificada, onde se gastaram milhões, e não se sabe porque é que agora não vai chegar o Inter-cidades à Cidade).

O Governo, por um lado, tira e o Poder Local, por outro lado, procura atrair!



É importante e queria referir-vos que, hoje, a competitividade dos Países assenta neste conjunto de factores e tudo isto, depois, se traduz ao nível da produtividade e, mais produtividade significa melhor nível de vida para as pessoas, só se consegue de duas maneiras, ou baixando os custos (mas baixando os custos significa as pessoas ganharem menos, mais desemprego) ou aumentando o valor (aumentando o valor é conseguir atrair coisas inovadoras, competitivas, na fronteira do conhecimento).

Por tudo isto, gostaria de congratular-me, mais uma vez, com o facto de o Executivo e, particularmente, o Senhor Presidente da Câmara ter conseguido ao longo destes últimos anos reunir, na Covilhã, um conjunto de infra-estruturas tecnológicas que permitiram a atracção deste investimento que, acredito, irá contribuir decisivamente para o desenvolvimento do nosso Concelho.

Não deixamos, por outro lado, de repudiar o que está a acontecer a nível das condições dos factores, nomeadamente, nas questões com os transportes e com as portagens na auto-estrada”. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse: “subscrevo inteiramente a sua intervenção, também não concordo que o Inter-cidades deixe de chegar à Covilhã e, também, não concordo com as portagens na A23. Mas, o Senhor Deputado, devia de direccionar essas críticas para o seu Partido ou para o Partido que está a representar nesta Assembleia. Não sei se está recordado que, a implementação de portagens na A23 advém de uma imposição do seu Partido, que veio a público dizendo: já que se tem que pagar, para uns, que paguem todos?! Portanto, não foi o Governo que veio implementar portagens na A23! Foi em prol da estabilidade governativa. Aí, sim, é que se cedeu ao PSD, relativamente a essa situação. Portanto, eu quero acreditar que a crítica seja relativamente ao seu Partido”. -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro disse que não vai haver suspensão do Inter-Cidades na Covilhã e em toda a linha da Beira Baixa. -----

--- O Senhor Prof. Doutor Mário Lino disse que ser uma boa notícia, para todos, a não suspensão do Inter-Cidades.

“Quanto às portagens, referi-me a uma discriminação positiva, como é óbvio, temos que pensar que, as coisas que têm um custo têm que ser pagas. Mas, não significa que, num momento em que o Interior do País necessita de um apoio para o desenvolvimento, sejam penalizadas pequenas e médias empresas, que aqui existem, e a população. Se calhar, quem passa aqui a passear deve pagar.

Discriminação positiva para os residentes e para as pequenas e médias empresas, foi isso que eu quis referir.” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “em relação às portagens, temos que definir, de uma vez por todas, quem é o pai da criança. Se é o PS, se é o PSD, se são os dois!

Aquilo que queria salientar é a notícia, no Notícia das Covilhã, de que há posições de várias Entidades (Assembleias Municipais, incluídas, onde os Eleitos do PS e do PSD) que votaram, pura e simplesmente, contra as portagens. O que significa que há uma medida centralista que, a nível Local, os militantes do PS e do PSD estão contra. E, temos que, aqui na Assembleia Municipal, assumir essa posição, sem medo de dizer que estamos contra as portagens e reafirmar esta posição!

Penso que é esse o desafio que se coloca, hoje, aqui nesta Assembleia Municipal. Porque a questão até ali, a 15 de Abril! A luta está aí! Existem movimentações de empresários, de utentes. Já verificámos que não há medidas discriminatórias positivas para a População do Interior!

Em relação ao Inter-cidades - a Senhora Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da Republica, colocou essa questão e a resposta da Empresa, através do Governo, é que está em estudo, porque a situação alterou-se, a electrificação neste momento é até à Covilhã. Portanto, estão a estudar, estão na fase de estudo e irão colocar a questão, ou irão informar, e pedir opinião às Câmaras Municipais. Portanto, eu penso que, nós podemos dar a nossa opinião à REFER, ainda estamos nessa fase em que é possível fazer propostas à Empresa, dizendo aquilo que é importante para a nossa Região". -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento fez uma Declaração Política referindo-se ao Centro Hospitalar da Cova da Beira (**doc.05**). -----

--- O Senhor Dr. Carlos Gil fez uma Declaração Política referindo-se à situação política e social que se vive em Portugal (**doc.06**). -----

### **ORDEM DE TRABALHOS**

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. ----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente um ofício, do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a informar que procedeu à execução das acções contempladas no Plano de Actividades e Orçamento, e o Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que ficam a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivados em pasta própria. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata (**doc.07**). -----

--- O Senhor Pedro Leitão referiu as anomalias existentes, nos WC's e rede de esgotos, na Escola dos Penedos Altos e, que as refeições estão a ser servidas, por turnos, numa sala de aulas, perguntou se a Câmara planeia alguma intervenção. Também, sobre a mesma Escola, perguntou se não seria possível apoiar a Associação de Pais no pagamento aos Funcionários do ATL.

Quanto às acessibilidades, perguntou como é que está a função das responsabilidades, em relação às correcções necessárias, na Ponte Pedonal; se a Câmara vai proceder à reparação da Rua Celestino David, onde há um empolamento no alcatrão e na Rua 30 de Junho (que dá acesso ao Centro do Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve, onde há trânsito Escolar e há crianças a passar a pé na estrada porque não têm passeios) onde o pavimento está degradado. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “O Senhor Presidente da Câmara não nos quer intoxicar com papéis, nós gostamos de ser intoxicados. Já fizemos a sugestão de enviar a Informação por e-mail, para os Grupos Municipais. Penso que seria possível, sem grandes custos, dar conta e informar da Actividade Municipal.

Temos a Informação Financeira. Falta, uma componente da Informação que é, a Actividade Municipal”.

Quanto à Junção das Freguesias da Cidade, disse pensar que ao extinguir os espaços de intervenção, que são as Assembleias de Freguesia, de participação e de Cidadania se está a empobrecer a Democracia e a representatividade das Populações na resolução dos seus problemas.

Alertou para a necessidade da remoção do lixo existente junto à Ponte da Ribeira do Porcim, que considera um atentado ao ambiente. E solicitou que, os Serviços da Câmara Municipal, através dos resíduos, tentassem identificar os responsáveis.

Perguntou porque é que não foi cedido um Campo de Futebol, um campo relvado, aos Alunos de Ciências do Desporto da UBI que estão a ter aulas no Fundão.

Quanto à mudança do Mercado Municipal para os Silos, disse ter ficado surpreendido com a colocação, no terreno, deste tipo de ideias e que, também, não consegue identificar a quem é que esta resolução interessa.

A velha questão da Estrada, Ferro - Peraboa, continua na mesma.

Perguntou se os Silos da Estação não são necessários, pois continua a vê-los encerrados.

Terminou dizendo: “Os furos artesianos e a questão da ADC distribuir, pela População, as cartas. Quero dizer, Senhor Presidente, que fiquei um pouco surpreendido. Os furos já existem há muito tempo! A Câmara nunca se lembrou desse tipo de utilização! E, depois, fico surpreendido com as taxas que são aplicadas. Há coisas que deviam ser revistas ou, pelo menos, bem explicadas para as pessoas entenderem e perceberem como é que têm esta despesa acrescida no seu orçamento familiar”. -----

--- O Senhor Francisco Moreira (**doc.08**). -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento: “Queria começar por pedir, ao Senhor Presidente da Câmara, para que este ponto tenha outra substância, que tem sempre. Mas, tenha outra capacidade de, por um lado, dar a informação daquilo que a Câmara está a fazer e, por outro, dar a capacidade à Oposição, nesta Assembleia Municipal, de escrutinar, antecipadamente, uma informação e não apenas uma folha A4 de carácter financeiro que é obrigatório enviar para a Direcção Geral do Orçamento”.

Perguntou em que ponto é que está: o concurso de ideias para a remodelação do Teatro Cine; A instalação do Posto da Brigada de Trânsito da Covilhã; a constituição dos Mega Agrupamentos Escolares.

Quanto à Reorganização do Território disse que concorda com a junção das quatro Freguesias da Cidade e perguntou se está na intenção da Câmara fazer mais alguma reorganização, no Concelho, ao nível das Freguesias e, a fazer-lo, se os Autarcas estão a ser ouvidos.

Referiu que está de acordo com a Proposta que o Senhor Presidente da Câmara fez, quando foi ouvido pelo Senhor Secretário da Administração Local. Concorde que é importante que haja, na Região, um Plano Director Municipal que agregue, ao nível da NUT III, os investimentos, as infra-estruturas e de com os Municípios vizinhos participarem na Reorganização do Território.

Saudou a instalação, na Covilhã, do Data Center, do PARKURBIS, da UBI MEDICAL, do Centro Hospitalar, do POLIS, dos investimentos públicos e dos investimentos privados, das infra-estruturas e de finalmente o Sanatório avançar.

Disse “é, para nós, uma satisfação muito grande que a Câmara Municipal da Covilhã faça o seu trabalho de investimento, na Covilhã, e de captação de investimento. E, é importante, para nós, que o Governo faça o seu trabalho considerando a Covilhã como um Concelho estratégico no desenvolvimento do Interior e do País e que faça o seu trabalho investindo na Covilhã e, aplaudo o investimento privado daqueles, Empresários arrojados, que não têm pejo nenhum em investir no Interior do País e em particular no Concelho da Covilhã.

Para rematar dizer, ao Senhor Presidente da Câmara, que o Partido Socialista da Covilhã, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, está contra as portagens. E, para que não haja equívocos, tudo faremos para lutar contra esse desiderato”. -----

--- O Senhor João Pinto perguntou, ao Senhor Presidente da Câmara, se calcula os valores em que a Câmara poderia estar envolvida se tivesse aderido ao sistema de Águas do Zêzere e Côa. -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva disse: “aproveitando o facto de se estar a falar das Águas do Zêzere e Côa e das Águas da Covilhã, gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara (até porque estamos com o ano de 2010 concluído e acreditando que há uma política de reporte, em relação àquilo que é a evolução financeira e económica das Águas da Covilhã) relativamente ao exercício de 2010, se o valor de dívidas, por exemplo a fornecedores de factoring, que em 2009 era de 11,8 milhões de euros, aumentou ou se diminuiu e se o valor das dívidas à RESISTRELA, neste momento, em conjunto com as Águas do Zêzere e Côa ultrapassam, ou não, os 2 milhões de euros? Conforme é noticiado na Imprensa e que, relativamente às contas de 2009, apontava para um valor na casa dos 2,2 milhões (Águas do Zêzere e Côa - 1,5 e RESISTRELA cerca de 746 mil euros)”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que:

A Escola dos Penedos Altos - vai ficar otimizada com a intervenção que vão fazer, logo que haja recursos e o projecto completo; o ATL é gerido pela Associação de Pais e a Câmara está aberta a participar numa melhor gestão;

A Ponte Pedonal teve problemas de construção, como as obras podem ter, para isso há garantias, que devem ser accionadas quando esses problemas existem, é o caso. Vai ser feita uma intervenção na Ponte e no acesso dos Penedos Altos;

Asfaltamentos - o estado geral de ruas, quer no Concelho Rural, quer no Concelho Urbano, é dos melhores do País. Temos programas de intervenção que, no Inverno, sofrem reduções por causa das condições climáticas. Mas, quer a Rua Celestino David, quer as outras, irão ser intervencionadas. Quanto à construção de passeios irá inteirar-se do que se passa;

Quer o Senhor Deputado Reis Silva quer o Senhor Deputado Miguel Nascimento falam na questão dos papéis e da informação. A informação que a Câmara trás aqui é esta, que estou a dar, e a financeira que, depois, o Senhor Vereador Luís Barreiros vai desenvolver mais. Já transmiti que a informação mais completa é esta, que posso dar com estas palavras. Não vou passar para os papéis o número de carradas de sarrisca, os metros quadrados de asfalto, as manilhas, que nós pusemos aqui ou além, as pinturas de muros. Não vou por isso em papel. Porque acho que é matéria que, naturalmente, entrava numa vulgaridade que só pode ser contrariada por este diálogo, em que procuramos ser o mais exaustivos, nos dois sentidos, naquilo que tomamos a iniciativa de dizer e naquilo que os Deputados perguntam;

A junção das Freguesias - Vivemos num sistema representativo! É por isso que não está aqui a População da Covilhã e estão aqui os seus Representantes.

A Câmara tomou uma iniciativa, unânime, com os quatro Presidentes de Juntas, alguns deles até, em público, se têm congratulado com esta iniciativa.

No Mundo Rural, mesmo que no ponto de vista organizativo se caminhe para outro tipo de solução, defendo e defenderei e bater-me-ei contra qualquer alteração. Porque as Populações, os Fregueses da Freguesia, têm uma identificação que não deve ser destruída.

As Juntas de Freguesia da Cidade precisam de alguma concentração, para ganhar músculo, para certas obras em que se substitua a própria Câmara. Esta é que é a realidade!

A Câmara, futuramente, há-de assumir uma perspectiva organizacional que não tenha que descer a certas obras onde, provavelmente, a Junta de Freguesia da Cidade pode ter essa capacidade, quer nas obras, quer no social, no cultural e, porque não, até no económico. Agora, a Assembleia da Republica decidirá. Porque é ela que tem o poder para este efeito;

A Equipa de rãguebi da UBI, e não de futebol, pretende treinar nos relvados que têm calendários de utilização, pelo Sporting da Covilhã e pela Associação Desportiva da Estação. O problema é não coincidência de horários.

O sintético da ADE, que estará na iminência de ser lançado, vai permitir mais um campo relvado e nessa altura, provavelmente, já todos poderão jogar;

Ferro - Peraboa tem o concurso preparado para o lançamento do primeiro troço entre a Ponte Pedrinha e a estrada Ponte pedrinha - Ferro - Peraboa. O troço entre a Ponte Pedrinha e Monte Serrano arrancará na próxima Primavera e, depois, candidataremos o resto. Vamos ver. Porque, esta parte, temos capacidade de encaixe na Tesouraria da Câmara, a outra não, só se lançará quando houver dinheiro, quando houver recursos, doutra maneira não se pode lançar. Far-se-á a manutenção e nada mais do que isso;

Silos da Igreja da Estação foram, no âmbito do acordo entre a Fabrica da Igreja e o Construtor, cedidos à Empresa. Se a Empresa não os abre, não os explora, é um problema da Empresa. Porque, ela é titular, durante 15 ou 16 anos, da exploração daqueles Silos;

Furos artesianos - são uma decisão que não tem um custo significativo, na medida em que as pessoas tenham a respectiva situação de consumo regularizada através do contador. Tal como nós explicitámos. Não é uma medida de perseguição. É uma medida para entrar em vigor, tranquilamente, e que todos os Municípios organizados, neste domínio, já têm;

Posto da Brigada de Trânsito - não temos notícias. Ou seja, o Governo tem um normativo publicado, uma Portaria, que não cumpre. Estamos regularmente a pedir, ao Ministro, para nos dotar desta Brigada de Trânsito e não há meio de o fazer. Não sei se não está à espera que se construam os Postos das Penhas da Saúde para libertar algum espaço no actual Posto da GNR;

Não sabemos nada sobre Mega Agrupamentos. Como sabem, o Ministério da Educação, é muito criativo, lança muitas propostas e não conseguimos acompanhar o ritmo de criação das ideias, que não chegam, sequer, aos Municípios. É o caso! Desconhecemos em absoluto essa matéria;

Águas do Zêzere e Côa - Essa maravilha que ia trazer a felicidade aquífera e líquida às Populações, certamente, com investimentos que nós não éramos capazes de fazer, com preços mais reduzidos e com geração de lucros, imagine-se! Com geração de lucros! Bom, são trezentos milhões, neste momento, de deficit das Águas do Zêzere e Côa!

O mais grave não é, a questão, de não estarmos lá! O mais grave é, a questão, do poder que tínhamos perdido sobre, um sector que os Senhores reportavam tão importante, o património. É que, hoje, esses Municípios têm zero de património! Os Senhores vão às contas da Câmara, na Direcção-Geral das Autarquias Locais, e lá está a possibilidade da Câmara, hoje, se endividar ainda em 44 milhões de euros. Porque conservámos o nosso património!

O mais importante é que se há aumentos de água, ou se não há aumentos de água, se há investimento, ou se não há investimento, é a Câmara da Covilhã que decide, são os Representantes da Câmara da Covilhã que decidem, apesar de haver um parceiro privado com 49%. No caso do resto dos Municípios, já lá vai esse poder, eles não têm poder nenhum para nada e hoje assistem revoltados, como é o caso mas, sem poder fazer rigorosamente nada.

Portanto, foram estas as consequências de termos actuado bem, pelo lado da Câmara, e de não termos actuado mal como o Partido Socialista queria. E, ainda por cima, a cereja no cimo do bolo: É que, o Partido Socialista, vai ter que aceitar e ver aquilo que, também, dizia que só era feito se estivéssemos nas Águas do Zêzere e Côa que é a construção da Barragem;

Águas da Covilhã - apresentaram, já, lucro em 2010. Quanto à situação de dívida, posso mandar as contas, logo que elas sejam remetidas à Câmara, para a própria Assembleia Municipal se entender analisá-las, o fazer;

RESISTRELA - é um caso de desinformação lamentável, por parte dos seus responsáveis, que deixa cair números na Praça Pública, dizendo só uma parte da verdade.

Desde há muito tempo que não aceitámos a prática discriminatória, que tentaram fazer, do preço por tonelada, em relação ao Município da Covilhã. Queriam praticar preços diferentes só porque não estávamos no sistema, funcionámos como os clientes. O Instituto Regulador de Águas e Resíduos não permite que uma Empresa Pública pratique preços diferentes.

Tomámos a decisão de, por cada factura, liquidarmos 50% e o resto ficar em conta e, os Senhores, vão para Tribunal e nós vamos para Tribunal. Têm perdido, sistematicamente, todas as acções, porque o Tribunal não lhes dá razão.

Entretanto, estes Senhores, também não queriam pagar, aquilo que queriam incorporar de património da Câmara, uma estrutura, no Canhoso, que custou cerca de 300 mil contos e que eles queriam por tuta-e-meia e nós não fomos nisso. Só a incorporação deste património, praticamente, irá por as contas a zero ou muito próximo do zero. É preciso que se saiba que, não é a Câmara que não paga. É a relação existente que já levou a que tivessem que, de algum tempo para cá, debitar à Câmara da Covilhã o mesmo que debitam aos outros.

É isto que se passa, relativamente à RESISTRELA. Com quem espero, um dia destes, sentar-me à mesa para falarmos e chegarmos a um acordo, sem dramas nenhuns e estes tais 2 milhões de dívida, à Câmara, serem trazidos para os valores de equivalência de resultado zero, ou alguma coisa a pagar, com a assunção e o recebimento da estrutura que temos no Parque Industrial do Canhoso;

Portagens - esteve reunido com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e levou questões resultantes de um levantamento que foi feito, ao Empresariado da Região, sobre os impactos negativos da entrada em pagamento das Portagens. Propôs isenções mas foram rejeitadas. O Governo está, absolutamente, decidido a não tergiversar na implementação das portagens.

Tudo aquilo que for feito, de manifestação de desagrado, terá o meu acordo!

Inter-Cidades - Concordou com o Senhor Deputado Mário Lino e disse: Temos uma Linha de Caminho-de-Ferro, que é tratada apenas para concursos públicos e empreitadas, sem ligação com a melhoria do serviço evidente para os Cidadãos que são os consumidores, evidentes do comboio, tal como as Empresas com as suas mercadorias;

Obras - continuam os trabalhos na Estrada 512 da Barroca Grande, com o reforço do Regimento de Infantaria de Espinho, que deslocou mais uma equipa para aquela obra; Centro de Multifunções de Vila do Carvalho irá arrancar; o Funicular de S. João de Malta está a andar, faz parte de um Plano de Mobilidade; o Parque Florestal e a requalificação do Parque Alexandre Aibéo em Jardim Botânico de Montanha estão a andar; o Largo da Senhora do Rosário e as Portas de Sol, prestes a entrar em obra; O Posto de Turismo e o Centro de Acolhimento e Interpretação Arqueológica da Senhora das Cabeças vão para concurso; os Quartéis do Tortosendo e das Penhas da Saúde devem estar prontos até Maio; os Centros Escolares da Boidobra e do Rodrigo vão ser adjudicados; a Rota do Zêzere entre Orjais e o Barco vai avançar; o Teatro Cine o projecto vai ser adjudicado muito em breve;

O Mercado vai manter-se onde está, fazendo alterações;

A TELEPERFORMANCE irá utilizar o último piso do Mercado e, através de um passadiço, o Edifício do “Zé André” após as intervenções de que vai ser alvo;

O Data Center da PT - deve-se ao mérito da equipa que preparou a candidatura. A PT escolheu para a sua localização o aeródromo. Este investimento afirma uma Cidade de novas tecnologias que vai agrupar-se com uma Cidade de conhecimento no âmbito da saúde, do Turismo e da educação.

A Barragem tem o projecto aprovado. Para ser aberto concurso falta a confirmação do Programa Operacional de Valorização do Território sobre a parte que vai financiar. Não foi permitido o aproveitamento energético, porque não é proposta pela EDP.

--- O Senhor Miguel Nascimento disse que sempre defendeu que a Câmara Municipal devia fazer parte das Águas do Zêzere e Côa. Mas, quando o Senhor Presidente, na Câmara, propôs a não adesão e explicou as contas e a questão central da posse das infra-estruturas, que a Câmara Municipal investiu no terreno, votou ao lado da maioria. Continua convicto que, se a Câmara Municipal da Covilhã estivesse dentro do Sistema Multimunicipal influenciando a própria evolução, o Sistema Multimunicipal teria maior sucesso do que tem hoje.

Quanto à recolha e tratamento dos resíduos sólidos disse que a Câmara se colocou como cliente daquela estrutura. Compreende que, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, defenda os interesses da Covilhã na hora de pagar e estão ao seu lado nessa matéria.

“A verdade é que nós estamos a falar de um desencontro de contas, de muitos anos, e a falta de pagamento, também, ajuda a desequilibrar as coisas. E, portanto, estaremos sempre ao seu lado, nessa matéria, como sempre estivemos. Mas, há que olhar, também, para este posicionamento. As toneladas de lixo que a Câmara Municipal da Covilhã lá deposita, naturalmente, se não têm o retorno do pagamento ajudam a desequilibrar as contas da Empresa”.

Quanto às portagens disse: “o Governo precisou do voto do PSD para viabilizar o PEC e, toda a gente sabe que, uma das contra-partidas para o voto do PSD era, exactamente, colocar portagens em todo o lado. A inflexibilidade não é do Governo! Não é dos Autarcas! É do PSD e de Pedro Passos Coelho!” -----

--- O Senhor Dr. David Silva felicitou o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo Data Center. Referiu-se ao crescimento do PARKURBIS, que tem sido notório nos últimos anos, e aos casos de sucesso de Empresas lá existentes como é o caso, recente, da Empresa ROFF. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse que, na Câmara, o Eleito do PCP, na altura, defendeu que não deviam entrar para o Sistema Multimunicipal. Foi constituída a Empresa Municipal e discordaram da alienação dos 49%.

Quanto aos lucros que a Empresa apresenta em 2010 disse: “não nos podemos esquecer que, esses lucros, foram obtidos à custa dos consumidores no Concelho da Covilhã e do peso da factura da água que, hoje, as pessoas pagam!”

Quanto às Portagens sublinha a afirmação do Senhor Presidente, até porque é o apelo que faz a Comissão de Utentes.

Regozijou-se com a solução encontrada, para o Mercado Municipal, que se aproxima muito da que sempre defenderam. -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro disse: “todos nós, há 13 ou 14 anos, estivemos solidários com posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Carlos Pinto, quanto à questão do Sistema das Águas do Zêzere e Côa. E, não estamos arrependidos, porque as contra-partidas que davam à Covilhã não eram suficientes.

Nós somos contra as Portagens da A23!

Solidarizamo-nos com todos aqueles que cuja vida económica depende muito daquela via para poder haver cada vez mais emprego e desenvolvimento da nossa Terra! Mas, a A23, A24, A25 e a Via do Infante estavam isentas no Programa do Governo. Foi o Senhor Presidente do PSD, que para assinar o PEC, exigiu intransigentemente que ficasse lá, bem claro, que todas as SCUT tinham que pagar”.



Disse que estão inteiramente de acordo, com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que os argumentos são iguais, quanto ao Mercado e à Linha-férrea. Nós precisamos de ir ao encontro das necessidades das pessoas! -----

--- A Senhora D. Isilda Barata congratulou-se pela posição tomada em relação ao Mercado Municipal. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias disse ser verdade que o PSD sempre defendeu a posição do utilizador pagador, mas com a discriminação positiva para o Interior. E, propôs, que se todos estiveram de acordo, a aprovação de uma Moção “contra a inclusão das Portagens na A23”. -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva disse: “estamos disponíveis para ouvir e, a nossa posição é, muito clara, de votarmos contra as Portagens.

A posição do Partido Socialista, já em Junho do ano passado, ia no sentido de discriminar positivamente as Empresas e as Populações destas Zonas. E, essa posição tinha por base que financeiramente o impacto, de lançamento de portagens nas SCUT'S no Interior e nomeadamente na A23, ser relativamente pouco relevante em relação aquilo que é a necessidade no Orçamento Geral do Estado. É discutível o impacto financeiro da introdução das portagens. Porque o que vai traduzir, no fundo, é o pagamento de uma renda garantida, pelo Estado, à Concessionária que apenas se vai comprometer a manter estas auto-estradas disponíveis e em bom estado. O Estado vai pagar sempre, com ou sem automóveis.

As portagens acabam por traduzir-se numa dupla tributação. Foi aumentado o imposto sobre os produtos petrolíferos. Ao estarmos a colocar gasóleo ou gasolina, no nosso carro, já somos taxados e somos taxados, duplamente, com uma portagem. Foi este o princípio que norteou o pedido e a posição do Partido Socialista a que, obviamente, Pedro Passos Coelho não foi sensível.” -----

--- A Senhora Dra. Neli Pereira referiu que, em Julho, a Moção que apresentou ia contra as Portagens. Pediu, já que parece que toda a gente é consensual, neste ponto, que agora seja unânime.

Quanto ao Mercado disse ficar satisfeita com a solução encontrada, por agora. -----

--- O Senhor Prof. Matias apresentou uma Moção “Contra a Implementação das Portagens na A23” (**doc.09**). -----

--- Colocada a **Moção Contra a Implementação das Portagens na A23** à votação foi a mesma **aprovada por maioria, com 57 votos a favor (PSD, PS, PCP e BE) e 2 abstenções (PSD e CDS)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhora D. Isilda Barata: “Eu fui sempre a favor das Portagens, não era hoje que ia mudar essa posição. O ter-me absterido é porque também concordo que haja uma discriminação positiva para esta zona e eu penso que isso é possível, pelo menos através da via verde.

Devemos defender o Inter-Cidades que é um transporte mais confortável e tem que ser rápido. Isso seria uma das alternativas.

Quem é que paga as SCUT'S? Não somos nós todos?" -----

## **2.2 - REGULAMENTO DO CARTÃO SOCIAL MUNICIPAL - ALTERAÇÃO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Dezembro de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 7248 de 2010.12.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores:

- Dra. Mónica Ramôa propôs alterações (**doc.10**); Dr. Nelson Silva referiu que, por um lado, algumas famílias de desempregados e de baixos rendimentos deveriam ser englobados e, por outro, que o lastro poderia ser melhorado, em relação ao clausulado, fazendo uma triagem dos rendimentos apresentados. O Senhor Presidente informou que a perspectiva, da Câmara, é manter a proposta sem qualquer alteração. Porque, ao nível de custos, não compensa montar uma estrutura para analisar os comprovativos de cerca de 16 mil pessoas e vir a encontrar meia dúzia que não merece o Cartão Social. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento do Cartão Social Municipal - Alteração**, foi a mesma **aprovada por maioria com 49 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 5 abstenções (PCP e BE)**. -----

Foram feitas Declaração de Voto pelos Deputados Municipais:

- Senhor Prof. Reis Silva: “Em coerência, com aquilo que pensamos, e de acordo com as propostas de alteração que elaborámos, continuamos concordando, no global, com a essência do próprio cartão. Discordamos que não exista um tecto que limite e que nos garanta que o esforço Municipal é para aqueles que necessitam. Para aqueles que vivem em dificuldades.

Fizemos a proposta de um tecto e temo-lo defendido. Até porque é aquilo que se ouve na População. É injusto que um trabalhador, que ganhe o Ordenado Mínimo Nacional, não tenha acesso ao Cartão Social e, se encontre, um conjunto de pessoas que têm rendimentos elevados e que, por norma, até são aqueles que mais utilizam esses benefícios que são, digamos, colocados. Porque, aqui não se coloca a questão da universalidade. Porque, estamos a falar de um escalão etário, estamos a falar de um sector específico da População. Portanto, a nossa abstenção foi nesse sentido.

Continuamos a pensar que, a inclusão dos desempregados, Senhor Presidente da Câmara, os próximos tempos não são fáceis, o desemprego de longa duração está aí no terreno e, é necessário cuidar, um pouco, dos nossos Cidadãos. É necessário cuidar, um pouco, daqueles que vão ter dias com muita dificuldade”.

- Senhor Dr. Nelson Silva: “O Grupo Parlamentar do PS, votou favoravelmente. Porque, na globalidade, considera que o que aqui está é importante para os Covilhanenses. No entanto, aquilo que gostava, apenas, de deixar era sugestões, nomeadamente, em relação ao alargamento do lastro, em relação ao Cartão no que diz respeito, por exemplo, a casais de desempregados, com filhos. Obviamente que, não podemos dizer, não temos capacidade de aferir qual é o número de pessoas. Sabemos, mais ou menos, o número de desempregados que temos na Covilhã, obviamente, que não encaixarão todos nesta situação. Eventualmente, a Câmara pode fazer esse estudo. E, por outro lado, em relação aos rendimentos, compreendo a questão que coloca, de ter 16 mil declarações de rendimento, pelos menos, de forma aleatória, porque há coisas que são relativamente fáceis de se verificar, verificasse essas declarações de rendimento. Porque acho que era importante.”

### **2.3 - TRIBUNAIS DE MENORES - CANDIDATURA A JUÍZES SOCIAIS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Dezembro de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 36.º, do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho, através do ofício n.º 7249 de 2010.12.21 e seus anexos.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito.

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: D. Isilda Barata perguntando qual o critério de escolha dos trinta elementos; Prof. Reis Silva disse que a lista apresentada, com raras excepções, é a mesma de 2007. E que, já na altura, referiram que a proposta poderia, eventualmente, ser mais abrangente, ter outros proponentes, outras candidaturas e outras sensibilidades, existindo alguma proporcionalidade face às sensibilidades sociais existentes na Sociedade Covilhanense e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a lista apresentada foi elaborada tendo em conta a adequação e o relacionamento com a problemática.

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Tribunais de Menores - Candidatura a Juizes Sociais**, foi a mesma **aprovada por maioria com 56 votos a favor (PSD, PS e CDS), 3 votos contra (PCP) e 2 abstenções (Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra e BE)**.

#### **2.4 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - RECONHECIMENTO DO INTERESSE DE PROJECTOS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Fevereiro de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 1176 de 2011.02.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) que disse ser ambição da sua Freguesia a criação do Centro Interpretativo, já foi feita uma Candidatura ao PRODER, e perguntou se é possível enquadrá-lo na Geografia dos Afectos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a vinda deste ponto, à Assembleia Municipal, tem a ver com uma obrigatoriedade em termos de Regulamentos Comunitários. Quanto ao Centro Interpretativo da Boidobra tem conhecimento da existência de uma Candidatura e vai averiguar se está aprovada. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Programa de Desenvolvimento Rural - Reconhecimento do Interesse dos Projectos: Museu do Queijo - 2.ª fase; Recuperação e Conservação de Ruínas Romanas - Orjais; Centro Interpretativo Histórico-Cultural Local; Conteúdos Museológicos; Geografia dos Afectos e Belezas Naturais da Freguesia de Verdelhos***, foi a mesma ***aprovada por maioria com 60 votos a favor (PSD, PS, PCP e CDS) e uma abstenção (BE)***. -----

#### **2.5 - DESAFECTAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Fevereiro de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 1511 de 2011.02.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Desafectação de Parcelas de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município, necessárias ao Projecto de Modernização da Linha da Beira Baixa - Castelo Branco - Covilhã***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve intervenientes. -----

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezoito horas, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,